

RESENHA

LEITE, Marli Quadros. *O Nascimento da Gramática. Uso & Norma*. São Paulo, Paulistana/Humanitas, 2007.

Maurício Silva*

Já não é de hoje o franco interesse pelos estudos da gramaticografia portuguesa e, nesse âmbito, a abordagem dos primórdios de nossa tradição gramatical tem merecido especial atenção dos estudiosos do assunto. É o que vem comprovar o mais recente livro de Marli Quadros Leite (*O Nascimento da Gramática. Uso & Norma*. São Paulo, Paulistana/Humanitas, 2007), em que os dois primeiros gramáticos da língua portuguesa são estudados com o cuidado e rigor que merecem.

Considerando a gramática um instrumento lingüístico, onde se inscreve parte do saber sobre a língua e sobre a história do pensamento lingüístico, a autora propõe estudar o que chama de *língua gramatical*, a partir da qual procura observar a construção de uma norma lingüística no âmbito da gramática tradicional. Para tanto, elege como objeto de análise as primeiras gramáticas portuguesas (*Grammatica da lingoagem portuguesa*, 1536, de Fernão de Oliveira; e *Gramática da língua portuguesa*, 1540, de João de Barros), aquelas que contêm, nas suas palavras, o “discurso fundador da metalinguagem portuguesa” (p. 22).

Desde a Antigüidade Clássica, percebe-se como a preocupação com a natureza da língua e os problemas gerais da linguagem estiveram presentes, motivo pelo qual se pode entrever na própria filosofia grega os fundamentos da disciplina gramatical, bem como entre os retores e filólogos alexandrinos, estes últimos os verdadeiros responsáveis por uma mudança de foco que passa da abordagem filosófica para a lingüística, instaurando as bases para a idéia de *correção* e, conseqüentemente, de *normatividade* lingüísticas. Fato relevante para a gramática é que, já de início, percebe-

* Universidade Nove de Julho (SP).

se um descompasso entre a *norma* prescrita pelos gramáticos e o *uso* da linguagem, distinção que persiste até hoje nos estudos gramaticais.

Fenômeno cultural distinto, a gramática é ainda – completa a autora – um instrumento adequado para se reconstruir o conhecimento do passado, bem como desempenha papel de destaque no ensino da língua, tendo os gramáticos antigos – tanto no âmbito do grego (Dionísio Trácio, Apolônio Díscolo) quanto no do latim (Varrão, Quintiliano, Donato) – atentado para esse e muitos outros fatos relevantes.

Em relação às gramáticas portuguesas, deve-se ressaltar que elas nascem de um contexto (o Renascimento europeu), em que a preocupação com as questões lingüísticas ganham particular relevo, resultado de uma tradição que vinha desde a Idade Média, com os estudos voltados ao latim. Em Portugal, particularmente, essa tradição já estava presente nos primeiros textos escritos em galego-português (*Notícia do Torto*, 1214-1216; *Testamento de D. Afonso II*, 1214), acentuando-se na produção de instrumentos lingüísticos ao longo do século XVI, seja sob a forma de gramáticas (*Grammatica da lingoagem portuguesa*, 1536, de Fernão de Oliveira; *Gramática da língua portuguesa*, 1540, de João de Barros), seja sob a forma de manuais de ortografia (*Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da língua portuguesa*, 1574, de Pero Magalhães de Gândavo; *Orthographia da língua portuguesa*, 1576, de Duarte Nunes de Leão), seja ainda sob a forma de dicionários (*Dictionarium juventuti studiosae*, 1551 e *Dictionarium ex lusitanico in latim*, 1562, de Jerônimo Cardoso).

Depois de traçar um perfil de cada um dos dois gramáticos estudados, Marli Quadros Leite expõe uma primeira e singular diferença entre ambos, afirmando que enquanto Fernão de Oliveira “foi ‘assistemático’, descreveu a língua mais livremente, indutivamente (...) sem submeter sua análise, rigidamente, ao modelo das ‘artes’ latinas” (p. 92), João de Barros foi “sistemático, tinha nas mãos a teoria e o modelo para descrever a língua, o da gramática greco-latina e, de posse dele, dedutivamente, aplicou definições e classificações, para todas as partes do discurso” (p. 92).

De qualquer maneira, foi a partir da doutrina greco-latina que os gramáticos renascentistas erigiram suas teorias, e o caso dos dois primeiros gramáticos portugueses não foge à regra, sendo, contudo, Fernão de Oliveira menos caudatário das *artes* latinas

do que João de Barros. Assim, apoiando-se principalmente em Quintiliano (Oliveira) e Nebrija (Barros), o trabalho realizado pelos primeiros gramáticos portugueses dialoga, extensamente, com os textos clássicos, deles retirando uma série de noções fundamentais acerca do estudo da linguagem verbal.

Sobre a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, a autora destaca, ainda, a importância das observações de Oliveira acerca da política da língua, da natureza social da linguagem e da concepção de gramática (*arte* de bem falar e ler), resultando numa gramática mais descritiva do que prescritiva; além disso, Fernão de Oliveira teria se preocupado particularmente com o registro do *uso* lingüístico: “a leitura da *Grammatica* deixa evidente que o interesse de Oliveira não era fazer uma gramática da língua escrita, literária ou não, mas da língua falada de seu tempo” (p. 208), como aliás demonstram os exemplos colhidos diretamente da língua em uso. Já sobre a *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros, a autora destaca a concepção de gramática apresentada por Barros, que, ligada à idéia de *arte* latina (ele a divide, como os latinos, em quatro partes: ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe), privilegiava o ensino, resultando numa gramática prescritiva (normativa) ou, nas palavras da autora, “uma gramática doutrinal, com nuances normativas” (p. 238).

Comparando as duas obras inaugurais da gramaticografia portuguesa, Marli Quadros Leite destaca, entre outros elementos, a modernidade de Fernão de Oliveira (que inaugura uma metalinguagem nova para a descrição do português), face ao conservadorismo de João de Barros (que prefere adaptar a metalinguagem latina).

Trabalho de fôlego, em que o rigor analítico e a pesquisa extensa sobressaem, *O Nascimento da Gramática* deve ocupar, sem dúvida alguma, lugar de destaque entre os recentes estudos acerca da gramaticografia portuguesa. A principal fragilidade do trabalho, contudo, talvez esteja na metodologia empregada, por dois motivos: a) por privilegiar a *content-oriented* perspectiva da Historiografia Lingüística, já que acreditamos na possibilidade de articular uma análise nesse campo apenas “considerando alguns aspectos do contexto sociocultural em que as gramáticas surgiram” (p. 28), o que, a nosso ver, equivale quase a fazer historiografia sem a natural injeção da História; b) por tentar equacionar os conceitos de *uso* e *norma*, no âmbito

da Historiografia Lingüística, sem levar em conta as representações socioculturais que, no final das contas, são o limite do papel histórico desempenhado pelas gramáticas modernas, ou seja, são os responsáveis pelos desdobramentos ideológicos diversos que acabaram suprimidos no trabalho em questão. Além disso, cumpre ressaltar que todo o primeiro capítulo do livro substitui uma reflexão, já não diríamos mais profunda, porém mais adequada ao contexto do estudo gramaticográfico, pela exposição acrítica das teses formuladas por Baratin, Desbordes e Swiggers.

Evidentemente, estes são fatores de somenos importância diante do alcance historiográfico e de resultado final da obra, que possui, inegavelmente, muitos pontos altos, como quando a autora aborda o tratamento dado aos *exemplos*, nas gramáticas estudadas, pelos seus autores.